

COUDELARIA DE RINCAO/RS

Estudo Técnico Preliminar 9/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 64442.000479/2026-13

2. Descrição da necessidade

A presente contratação decorre da necessidade de assegurar a continuidade e a regularidade do funcionamento do **setor de abastecimento**, unidade essencial ao apoio logístico da Organização Militar, responsável, em média, pelo atendimento diário de aproximadamente **140 militares**, com o preparo e fornecimento de **café da manhã, almoço e jantar**. Em razão dessa atividade permanente, é indispensável que a estrutura física e os sistemas de apoio do setor permaneçam em adequadas condições de uso, limpeza, higiene, segurança e funcionamento, de modo a não comprometer a conservação dos gêneros alimentícios, a salubridade dos ambientes e a regular execução das atividades administrativas e operacionais.

Nesse contexto, revela-se imprescindível a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva da **câmara fria**, dos **aparelhos de ar-condicionado** e da **rede de gás** do abastecimento, com fornecimento de materiais, peças, componentes e acessórios necessários. O adequado funcionamento desses sistemas é condição indispensável para a preservação da qualidade dos alimentos, para a manutenção de ambiente compatível com as exigências de limpeza e higiene e para a segurança das instalações e dos usuários. Eventuais falhas, paralisações ou funcionamento inadequado desses equipamentos podem comprometer diretamente a rotina do setor, ocasionando prejuízos ao armazenamento e preparo das refeições, além de aumentar riscos operacionais e sanitários.

A necessidade encontra respaldo na **Lei nº 14.133/2021**, uma vez que o Estudo Técnico Preliminar deve descrever a necessidade da contratação sob a perspectiva do interesse público e indicar a solução mais adequada, inclusive com exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando cabíveis. Além disso, a condução da contratação deve observar princípios como **eficiência, interesse público, planejamento, eficácia e economicidade**, todos expressamente previstos na legislação. Assim, a presente contratação mostra-se necessária e adequada para assegurar a continuidade do serviço, a funcionalidade das instalações e a observância de condições apropriadas de limpeza, higiene, manutenção e segurança no setor de abastecimento.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
ABASTECIMENTO	1º Sgt Inf JOELSON CABRAL DE QUEVEDO

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A contratação deverá contemplar a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva da **câmara fria**, dos **aparelhos de ar-condicionado** e da **rede de gás** do setor de abastecimento, com fornecimento de materiais, peças, componentes, acessórios, ferramentas e demais insumos necessários à perfeita execução do objeto.

Os serviços deverão ser executados por empresa especializada, com mão de obra qualificada e observância das normas técnicas e de segurança aplicáveis, especialmente aquelas relacionadas à instalação, manutenção e operação de sistemas de refrigeração, climatização e gás, bem como às condições de limpeza, higiene e salubridade exigidas para ambientes destinados ao armazenamento e preparo de alimentos. A execução deverá preservar a adequada funcionalidade dos equipamentos e das instalações, assegurando condições seguras e apropriadas ao desempenho das atividades do abastecimento.

A contratada deverá realizar os atendimentos de forma tempestiva, em prazo compatível com a necessidade da Administração e com a criticidade do serviço, considerando que a interrupção do funcionamento da câmara fria, da climatização ou da rede de gás pode comprometer diretamente a conservação dos gêneros alimentícios, a preparação das refeições e a continuidade do atendimento ao efetivo. Quando necessário, deverá fornecer relatório técnico dos serviços executados, indicando os defeitos identificados, as providências adotadas, os materiais empregados e o estado final do equipamento ou sistema atendido.

No tocante à rede de gás, a contratação deverá abranger os serviços necessários à verificação, manutenção, substituição de componentes e regularização do sistema, com emissão de **laudo de estanqueidade**, quando cabível, de modo a assegurar a integridade da instalação e a segurança de seus usuários. Para os equipamentos de refrigeração e climatização, os serviços deverão abranger as rotinas de manutenção preventiva e corretiva, incluindo consertos, reposição de gás, instalação, substituição de componentes e demais intervenções necessárias ao restabelecimento de seu pleno funcionamento.

Nos termos da **Lei nº 14.133/2021**, os requisitos da contratação devem ser definidos de forma necessária e suficiente para atender ao interesse público, vedadas exigências excessivas ou irrelevantes que restrinjam indevidamente a competitividade. Dessa forma, os requisitos aqui estabelecidos guardam relação direta com a natureza do objeto e visam assegurar a execução satisfatória dos serviços, a durabilidade das soluções adotadas, a segurança das instalações e a manutenção de adequadas condições de limpeza, higiene, conservação e funcionamento do setor de abastecimento.

Além disso, a futura contratação deverá prever que os serviços sejam executados sob demanda, conforme a necessidade da Administração, com critérios objetivos de recebimento, fiscalização e aceite, bem como garantia mínima dos serviços prestados e dos materiais empregados, a ser definida no Termo de Referência, de modo a resguardar a eficiência da contratação e a adequada aplicação dos recursos públicos.

5. Levantamento de Mercado

O levantamento de mercado foi realizado com o objetivo de identificar soluções disponíveis para atendimento da necessidade administrativa relacionada à manutenção da **câmara fria**, dos **aparelhos de ar-condicionado** e da **rede de gás** do setor de abastecimento, abrangendo serviços de natureza preventiva e corretiva, com fornecimento de materiais, peças, componentes e acessórios necessários à adequada execução do objeto. Verificou-se tratar-se de serviços com oferta no mercado, prestados por empresas especializadas e passíveis de contratação pela Administração mediante especificações usuais e objetivas.

Para subsidiar a análise, foram observados os parâmetros previstos na **IN SEGES/ME nº 65/2021**, tendo sido priorizada a consulta a referências oriundas de contratações públicas semelhantes, especialmente por meio do **Painel de Preços**, conforme registrado na nota técnica de análise crítica da pesquisa de preços. O levantamento contemplou referências para serviços compatíveis com os itens pretendidos, incluindo manutenção de câmara fria, manutenção e instalação de aparelhos de ar-condicionado, reposição de gás, conserto de placa eletrônica e manutenção da rede de gás.

A análise das informações coletadas evidenciou a existência de fornecedores aptos à execução dos serviços pretendidos, bem como a viabilidade de modelagem contratual compatível com a natureza parcelada e estimada da demanda administrativa. Nesse contexto, observou-se que a estruturação da futura contratação com possibilidade de execução sob demanda e organização por itens se mostra aderente às características do objeto, sem prejuízo da definição final a ser consolidada nos artefatos subsequentes da fase de planejamento.

Adicionalmente, a pesquisa de preços indicou compatibilidade entre os valores estimados e aqueles praticados em contratações similares realizadas por outros órgãos e entidades da Administração Pública, resultando em valor total estimado de **R\$ 173.833,10** para o conjunto dos serviços levantados.

Diante disso, conclui-se que o mercado apresenta alternativas aptas a atender à necessidade identificada, havendo elementos suficientes para o prosseguimento do planejamento da contratação, em observância aos princípios do interesse público, da eficiência, do planejamento e da economicidade.

6. Descrição da solução como um todo

Consiste na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva da **câmara fria**, dos **aparelhos de ar-condicionado** e da **rede de gás** do setor de abastecimento, com fornecimento de materiais, peças, componentes, acessórios e mão de obra necessários à execução.

Deverão estar compreendidas as intervenções destinadas à conservação, recuperação, ajuste, instalação e restabelecimento do pleno funcionamento dos equipamentos e sistemas abrangidos, de modo a assegurar condições adequadas de operação, segurança, higiene, limpeza e continuidade das atividades desenvolvidas no setor. No caso da rede de gás, incluem-se os serviços de inspeção, manutenção, substituição de componentes e emissão de laudo de estanqueidade, quando cabível. Em relação aos equipamentos de refrigeração e climatização, deverão ser contemplados, conforme a necessidade da Administração, os serviços de manutenção preventiva e corretiva, conserto de componentes, reposição de gás, instalação e demais procedimentos indispensáveis ao regular funcionamento.

Considerando que a demanda é estimada e poderá ocorrer de forma parcelada, o atendimento deverá ocorrer conforme a necessidade efetivamente verificada ao longo da vigência, permitindo maior aderência entre a execução contratual e a realidade operacional do setor requisitante. A modelagem deverá, ainda, possibilitar adequada fiscalização, com critérios objetivos de execução, recebimento e aceite, de modo a assegurar a qualidade da prestação e a observância das normas técnicas aplicáveis.

A contratação visa garantir a continuidade do funcionamento do setor de abastecimento, responsável pelo atendimento diário de aproximadamente **140 militares**, com preparo e fornecimento de café da manhã, almoço e jantar, evitando interrupções que possam comprometer a conservação dos gêneros alimentícios, a segurança das instalações e a regularidade do apoio logístico prestado pela Organização Militar.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A estimativa das quantidades foi elaborada com base no levantamento realizado pela unidade demandante, considerando as necessidades operacionais do setor de abastecimento, o histórico de manutenção dos equipamentos e instalações e a previsão de atendimentos necessários para assegurar a continuidade do funcionamento da câmara fria, dos aparelhos de ar-condicionado e da rede de gás. A definição dos quantitativos buscou contemplar, de forma estimada, as intervenções que poderão ser demandadas ao longo da vigência da futura contratação, sem representar obrigação de consumo integral pela Administração.

Foram estimados os seguintes quantitativos:

1. conserto de placa eletrônica de ar-condicionado de 9.000 a 18.000 BTUs – **60 serviços**;
2. conserto de placa eletrônica de ar-condicionado de 24.000 a 60.000 BTUs – **25 serviços**;
3. manutenção preventiva e corretiva em equipamentos split de 9.000 a 18.000 BTUs – **60 serviços**;
4. manutenção preventiva e corretiva em equipamentos split de 24.000 a 60.000 BTUs – **25 serviços**;
5. reposição de gás em equipamentos split de 9.000 a 18.000 BTUs – **60 serviços**;
6. reposição de gás em equipamentos split de 24.000 a 60.000 BTUs – **25 serviços**;
7. instalação de ar-condicionado split de 9.000 a 18.000 BTUs – **50 serviços**;
8. instalação de ar-condicionado split de 24.000 BTUs – **10 serviços**;
9. instalação de ar-condicionado de 60.000 BTUs – **5 serviços**;

10. manutenção preventiva e corretiva de câmara fria – **10 serviços**;
11. manutenção preventiva e corretiva de ar-condicionado de 9.000 a 36.000 BTUs – **7 serviços**;
12. manutenção da rede de gás do setor de aprovisionamento, com emissão de laudo de estanqueidade – **2 serviços**.

Os quantitativos acima representam mera estimativa de consumo, formulada para fins de planejamento da contratação, podendo a Administração solicitar os serviços de forma parcelada e conforme sua necessidade efetiva, **observados os limites, condições e disponibilidade orçamentária aplicáveis à futura contratação**.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 173.833,10

A estimativa do valor da contratação foi elaborada com base em pesquisa de preços realizada pela equipe de planejamento, observando os parâmetros estabelecidos na **IN SEGES/ME nº 65/2021**, com utilização de referências obtidas, prioritariamente, no **Painel de Preços** e em contratações similares realizadas pela Administração Pública. A metodologia adotada para definição dos valores considerou a média dos preços coletados para cada item, após análise crítica dos dados obtidos, de modo a aferir a compatibilidade dos valores estimados com os praticados no mercado.

Com base nesse levantamento, o valor total estimado para a futura contratação é de **R\$ 173.833,10 (cento e setenta e três mil, oitocentos e trinta e três reais e dez centavos)**, correspondente ao somatório dos valores de referência dos itens previstos para atendimento da demanda do setor de aprovisionamento.

Ressalta-se que o valor apurado possui caráter **estimativo**, tendo sido definido para fins de planejamento da contratação, não representando obrigação de contratação integral pela Administração, especialmente em razão da natureza parcelada da demanda e da possibilidade de execução conforme a necessidade efetivamente verificada ao longo da vigência da futura contratação.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Em análise preliminar, verifica-se que o objeto apresenta natureza divisível, sendo composto por serviços que, embora relacionados à manutenção das instalações do setor de aprovisionamento, podem ser executados de forma autônoma, conforme suas características técnicas e a necessidade administrativa. Os itens estimados referem-se a intervenções distintas, com especificidades próprias e possibilidade de demanda independente.

Nesse contexto, o parcelamento da contratação, com organização por itens, mostra-se compatível com as características do objeto, podendo favorecer a competitividade e ampliar a participação de fornecedores aptos à execução de parcelas específicas, sem prejuízo da funcionalidade do conjunto. A definição final da forma de adjudicação e do critério de disputa será consolidada nos artefatos subsequentes do planejamento da contratação.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não foram identificadas contratações correlatas ou interdependentes necessárias à viabilização da presente contratação, tendo em vista que o objeto, por si só, é apto a atender a necessidade administrativa identificada.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A presente contratação encontra-se alinhada ao planejamento administrativo da Organização Militar, uma vez que está prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) e se destina ao atendimento de necessidade essencial do setor de aprovisionamento, relacionada à manutenção das condições de funcionamento, segurança, higiene, conservação

e continuidade operacional das instalações e equipamentos empregados no preparo, armazenamento e fornecimento da alimentação ao efetivo.

A contratação também se mostra alinhada ao **PASA (Programa de Auditoria e Segurança Alimentar do Exército Brasileiro)**, tendo em vista que busca assegurar condições estruturais e operacionais compatíveis com as exigências do setor de abastecimento, indispensáveis à padronização de procedimentos e à garantia da qualidade e da segurança dos alimentos servidos no âmbito da Organização Militar. Nesse contexto, a adequada manutenção da câmara fria, dos aparelhos de ar-condicionado e da rede de gás contribui diretamente para a conservação dos gêneros alimentícios, para o preparo regular das refeições e para a manutenção de padrões apropriados de limpeza, higiene, segurança e funcionalidade dos ambientes.

Além disso, a contratação guarda conformidade com o Plano de Gestão Ambiental da Organização Militar, considerando que a execução dos serviços demanda a observância de boas práticas de manutenção, o uso adequado de insumos e a correta destinação de resíduos, peças e componentes substituídos, especialmente em relação aos sistemas de refrigeração, climatização e rede de gás.

Desse modo, verifica-se que a contratação pretendida está compatível com os instrumentos e diretrizes de planejamento adotados pela Administração, em especial com o PCA, com o PASA e com o Plano de Gestão Ambiental da Organização Militar, contribuindo para a continuidade do serviço, a adequada gestão da infraestrutura e a observância do interesse público.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A contratação tem por objetivo proporcionar maior segurança, continuidade e eficiência ao funcionamento do setor de abastecimento, mediante a manutenção adequada da câmara fria, dos aparelhos de ar-condicionado e da rede de gás. Com isso, busca-se assegurar condições apropriadas de conservação dos gêneros alimentícios, de preparo das refeições e de funcionamento das instalações utilizadas no atendimento diário ao efetivo.

Entre os benefícios esperados, destacam-se a redução de falhas e interrupções nos equipamentos e sistemas essenciais ao abastecimento, a preservação de condições adequadas de limpeza, higiene, salubridade e segurança no ambiente de trabalho, bem como a mitigação de riscos operacionais que possam comprometer a execução das atividades do setor. A contratação também tende a contribuir para maior previsibilidade no atendimento das demandas de manutenção, com reflexos positivos na continuidade do fornecimento de café da manhã, almoço e jantar ao universo médio de 140 militares atendidos pela Organização Militar.

Além disso, espera-se alcançar maior eficiência administrativa e melhor aproveitamento dos recursos públicos, mediante contratação planejada, com possibilidade de atendimento conforme a necessidade efetivamente verificada, evitando paralisações, danos a equipamentos e prejuízos à infraestrutura de apoio às atividades do abastecimento.

13. Providências a serem Adotadas

Deverão ser adotadas, pela Administração, as providências necessárias à adequada instrução e futura execução da contratação, compreendendo a elaboração e consolidação do **Termo de Referência**, com o detalhamento das especificações técnicas, quantitativos estimados, condições de execução, critérios de medição, recebimento e aceite dos serviços.

Também deverão ser definidos os mecanismos de acompanhamento e fiscalização contratual, com a devida designação dos agentes responsáveis pela gestão e fiscalização da futura contratação, observadas as atribuições previstas na legislação aplicável. Caberá, ainda, à Administração verificar a disponibilidade orçamentária quando da formalização das contratações decorrentes, bem como adotar as demais medidas administrativas necessárias ao regular prosseguimento da fase de planejamento e da instrução processual.

Além disso, deverão ser observadas as providências internas relacionadas à organização da demanda, à formalização das justificativas pertinentes, à consolidação da pesquisa de preços e à compatibilização da contratação com os instrumentos de planejamento já existentes, de modo a assegurar a regularidade do processo e a adequada satisfação da necessidade administrativa identificada.

14. Possíveis Impactos Ambientais

A futura contratação poderá gerar impactos ambientais relacionados, principalmente, ao descarte de peças, componentes, materiais inservíveis e resíduos oriundos das atividades de manutenção da câmara fria, dos aparelhos de ar-condicionado e da rede de gás, bem como ao manuseio de substâncias e insumos que demandam tratamento adequado, a exemplo de gases refrigerantes, componentes elétricos, mangueiras, conexões e demais materiais substituídos durante a execução dos serviços.

Também devem ser considerados os riscos ambientais decorrentes de eventuais vazamentos, perdas de gases, descarte inadequado de resíduos e manuseio incorreto de materiais potencialmente poluentes, situações que podem comprometer não apenas a conformidade ambiental da contratação, mas também a segurança das instalações e dos usuários.

Diante disso, a execução contratual deverá observar as normas ambientais aplicáveis, bem como as diretrizes previstas no Plano de Gestão Ambiental da Organização Militar, com adoção de boas práticas relacionadas ao uso racional de materiais, à correta segregação, acondicionamento, transporte e destinação final dos resíduos gerados, além do adequado controle no manuseio de gases e componentes substituídos.

Sempre que cabível, a contratada deverá promover a destinação ambientalmente adequada dos resíduos e materiais removidos, em conformidade com a legislação vigente, de modo a mitigar os impactos ambientais decorrentes da execução dos serviços e contribuir para a sustentabilidade da contratação.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Diante das informações levantadas no presente Estudo Técnico Preliminar, verifica-se que a contratação pretendida é **viável** sob os aspectos técnico, operacional e econômico, uma vez que a necessidade administrativa encontra-se devidamente caracterizada, há solução disponível no mercado para seu atendimento e os valores estimados mostram-se compatíveis com os praticados em contratações similares.

A medida revela-se adequada para assegurar a continuidade do funcionamento do setor de provisionamento, contribuindo para a manutenção de condições apropriadas de segurança, higiene, conservação e operacionalidade da câmara fria, dos aparelhos de ar-condicionado e da rede de gás, estruturas indispensáveis ao preparo, armazenamento e fornecimento da alimentação ao efetivo.

Assim, conclui-se pela **viabilidade da contratação**, recomendando-se o prosseguimento da fase de planejamento, com a elaboração dos artefatos subseqüentes e adoção das providências necessárias à formalização do processo.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado digitalmente

JOELSON CABRAL DE QUEVEDO

Data: 30/04/2026 15:49:19-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

J(

Equipe de planejamento da contratação



Documento assinado digitalmente

ALISON RAFAEL FOGLIARINI LISBOA

Data: 30/04/2026 16:01:05-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

ALISON RAFAEL FOGLIARINI LISBOA

Equipe de planejamento da contratação



Documento assinado digitalmente

PAULA CARINA GULARTE SOUZA

Data: 30/04/2026 12:38:13-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

PAULA CARINA GULARTE SOUZA

Equipe de planejamento da contratação

COUDELARIA DE RINCAO/RS

Matriz de Gerenciamento de Riscos 10/2026

1. Informações Básicas

Número da Matriz de Alocação de Riscos	Responsável pela Edição	Data de Criação
10/2026	THAIS TRINDADE VICOSA	27/04/2026 15:44
Status da Matriz de Alocação de Riscos		
Concluído (Planejamento)		
Objeto da Matriz de Riscos		
Serviço de manutenção de câmara fria, ar condicionado e rede de gás do abastecimento		

2. Histórico de Revisões

Nenhuma Revisão encontrada.

3. Riscos Identificados

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-01	Atraso na entrega dos itens	Falta de planejamento logístico por parte do fornecedor, indisponibilidade de insumos ou mão de obra, problemas no transporte ou fatores climáticos adversos.	Seleção do Fornecedor	Contratada	Médio	
	Impactos					
1	Pode comprometer a continuidade dos serviços públicos, gerando ineficiência administrativa e insatisfação do usuário final.					
	Ações Preventivas					
P-01	Ações Preventivas: 1. Incluir no edital cláusulas claras sobre prazos e penalidades por descumprimento das entregas, com previsão de multa e possibilidade de rescisão. 2. Exigir do fornecedor, no início da execução contratual, a apresentação de um cronograma detalhado de entrega e logística, com pontos de controle. 3. Avaliar a capacidade técnica e operacional do fornecedor na fase de habilitação, com base em atestados de capacidade técnica, certidões e histórico em contratações públicas. 4. Realizar reuniões de alinhamento logo após a assinatura do contrato, reforçando a importância do cumprimento dos prazos e medidas a serem tomadas em caso de intercorrências. 5. Manter contato contínuo com o fornecedor durante a execução contratual, monitorando o andamento das entregas e solucionando preventivamente eventuais gargalos. 6. Prever cláusula de substituição emergencial ou contratação suplementar, em caso de não cumprimento do cronograma por parte do fornecedor. Responsável: CHANAEL PISKE					
	Ações de Contingência					
C-01	Responsabilizar o fornecedor pela entrega dentro dos prazos pactuados, com previsão de penalidades em caso de descumprimento. O gestor do contrato deve realizar o monitoramento contínuo do cronograma de entrega. Responsável: JOELSON CABRAL DE QUEVEDO					
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-02	Entrega de produto fora das especificações técnicas	Falta de atenção do fornecedor às exigências do Termo de Referência, falha na comunicação técnica, ausência de controle de qualidade no processo produtivo ou tentativa de redução de custos por parte do contratado.	Gestão de Contrato	Contratada	Médio	
	Impactos					
1	Pode resultar em retrabalho, perda de recursos públicos e até responsabilização administrativa por má gestão.					
	Ações Preventivas					
P-01	Conferência rigorosa dos itens, exigência de conformidade técnica e recusa formal de produtos inadequados. Responsável: JOELSON CABRAL DE QUEVEDO					
	Ações de Contingência					
C-01	Exigência de amostra; cláusula de substituição obrigatória; recusa da proposta em caso de não conformidade. Responsável: CHANAEL PISKE					
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-03	Fornecimento descontinuado durante	Falência, problemas financeiros,	Gestão de Contrato	Contratada	Médio	

	a vigência contratual	descontinuidade na produção	
	Impactos		
1	Gera descontinuidade total no fornecimento, podendo afetar operações críticas ou comprometer obrigações legais do órgão.		
	Ações Preventivas		
P-01	Monitoramento da situação fiscal e operacional do contratado.		Responsável: JOELSON CABRAL DE QUEVEDO
	Ações de Contingência		
C-01	Exigência de garantia contratual; cláusula de penalidades; retenção de pagamentos vinculada à entrega.		Responsável: CHANAEL PISKE

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-04	Estimativa equivocada de consumo	Falha na previsão de demanda, falta de histórico confiável, alteração no perfil de consumo.	Planejamento	Administração	Médio	
Impactos						
1	Pode resultar em compras desnecessárias ou insuficientes, gerando desperdício de recursos ou interrupção do serviço.					
Ações Preventivas						
P-01	Reavaliação periódica do consumo e da real necessidade dos itens contratados.			Responsável: JOELSON CABRAL DE QUEVEDO		
Ações de Contingência						
C-01	Execução sob demanda; revisão periódica de consumo pelo gestor do contrato.			Responsável: PAULA CARINA SOUZA	CARINA	GULARTE

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-05	Irregularidade fiscal ou trabalhista do contratado	Pendências no CNPJ, débitos com a Receita Federal, processos trabalhistas em aberto.	Seleção do Fornecedor	Contratada	Médio	
Impactos						
1	Risco de nulidade contratual, responsabilização da Administração, e impactos reputacionais negativos.					
Ações Preventivas						
P-01	Monitoramento das certidões e regularidade fiscal e trabalhista durante toda a vigência contratual.			Responsável: CHANAEL PISKE		
Ações de Contingência						
C-01	Consulta regular ao SICAF e exigência de regularização em até 5 dias úteis.			Responsável: CHANAEL PISKE		


Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-06	Inexecução parcial ou total do contrato	Descumprimento intencional, incapacidade técnica, negligência ou má-fé.	Gestão de Contrato	Contratada	Baixo	
Impactos						
1	Pode levar à necessidade de rescisão, nova contratação emergencial e prejuízo ao interesse público.					
Ações Preventivas						
P-01	Avaliação periódica da execução contratual, análise de cumprimento de metas e prazos			Responsável: JOELSON CABRAL DE QUEVEDO		
Ações de Contingência						
C-01	Aplicação de sanções administrativas (advertência, multa, impedimento de licitar e contratar.			Responsável: CHANAEL PISKE		

4. Acompanhamento das Ações de Tratamento de Riscos

Nenhum acompanhamento incluído.

5. Responsáveis / Assinantes

Equipe de Planejamento



Documento assinado digitalmente
JOELSON CABRAL DE QUEVEDO
 Data: 30/04/2026 14:31:15-0300
 Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

JOELSON CABRAL DE QUEVEDO
Equipe de planejamento da contratação

COUDELARIA DE RINCAO/RS

Termo de Referência 20/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
20/2026	160514-COUDELARIA DE RINCAO/RS	THAIS TRINDADE VICOSA	24/04/2026 11:25 (v 0.5)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço não-continuado		64442.000479/2026-13

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 64442.000479/2026-13)

TERMO DE REFERÊNCIA

CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Contratação de empresa especializada para prestação de serviços, sob demanda, de manutenção preventiva e corretiva da câmara fria, dos aparelhos de ar-condicionado e da rede de gás do setor de abastecimento, com fornecimento de materiais, peças, componentes, acessórios e mão de obra, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento[A1] .

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL [A2] [A3]
1.	Conserto placa eletrônica ar condicionado de ar condicionado de 9.000 à 18.000 BTUS.	2020	Sv	60	R\$ 184,34	R\$ 11.060,40
2.	Conserto placa eletrônica ar condicionado de ar condicionado de 24.000 à 60.000 BTUS	2020	Sv	25	R\$ 290,01	R\$ 7.250,25
	Serviço de manutenção preventiva e					

3.	corretiva em equipamentos de ar condicionado modelo Split superiores a 9.000 até 18.000 btus e seu sistema elétrico em geral, incluso todo material necessário para manutenção.	2020	Sv	60	R\$ 318,34	R\$ 19.100,40
4.	Serviço de manutenção de preventiva e corretiva em equipamentos de ar condicionado modelo Split superiores a 24.000 até 60.000 btus e seu sistema elétrico em geral, incluso todo material necessário para manutenção.	2020	Sv	25	R\$ 470,67	R\$ 11.766,75
5.	Manutenção em ar condicionado: reposição de gás. Split superiores a 9.000 até 18.000 btus.	2020	Sv	60	R\$ 204,00	R\$ 12.240,00
6.	Manutenção em ar condicionado: reposição de gás. Split superiores a 24.000 até 60.000 btus	2020	Sv	25	R\$ 257,34	R\$ 6.433,50
7.	Prestação de serviço para instalação de ar condicionado modelo Split superiores a 9.000 até 18.000 btus, compatível com a potência dos aparelhos, conforme NBR e ABNT, garantia de 03 meses, todo material incluso.	2020	Sv	50	R\$ 486,67	R\$ 24.333,50
8.	Prestação de serviço para instalação de ar condicionado modelo Split 24.000 btus, compatível com a potência dos aparelhos, conforme NBR e ABNT, garantia de 03 meses, todo material incluso.	2020	Sv	10	R\$ 580,00	R\$ 5.800,00
	Prestação de serviço para instalação de ar condicionado modelo split					

9.	(parede e sistemas) instalação de condicionador de ar de 60.000 BTUS, até 03 metros de altura do solo, incluindo preparação do local, todo o material de instalação necessário e mão de obra.	2020	Sv	05	R\$ 1.403,00	R\$ 7.015,00
10.	Manutenção preventiva e corretiva de câmara fria congelamento, câmara resfriados e anti-câmara, reparo de componentes elétricos TC900, monitor tensão, contactor motor, contactor resistência, revisão resistência, micro motor 1/25, válvula expansão, sensor de temperatura e degelo, isolamento térmico dos canos, rolamento, capacitor ventilador, exaustor 450mm ou troca, se necessária, a substituição do compressor R22. Teste e regulação pressostato baixa e alta, conferência dos terminais elétricos, compressor teste acidez do óleo, compressor filtro de gás R22, limpeza condensador, emissão de relatórios especificando medições anteriores e posteriores dos componentes, incluindo peças e componentes substituídos, com fornecimento de peças e componentes para seu funcionamento, relatório, mão de obra e deslocamento por conta da contratada. Serviço deverá ser feito em até 24 horas na OM.	20796	Sv	10	R\$ 1.603,33	R\$ 16.033,30
11.	Serviço de manutenção preventiva e corretiva em equipamentos de ar-condicionado modelo split superiores a 9.000 até 36.000 BTUs e seu sistema elétrico em geral, incluso todo material necessário para manutenção.	2771	Sv	07	R\$ 600,00	R\$ 4.200,00

12.	Serviço de manutenção da rede de gás do setor do abastecimento para atender às especificações do PASA, incluindo substituição de mangueiras, mangotes e reguladores de pressão com validade vencida; limpeza e desobstrução de tubulações e ramais; verificação de válvulas de bloqueio e sistemas de exaustão /ventilação; ferramentas de manuseio; Tê PEX 20x20x20; cotovelo PEX 20 para 1/2; cotovelo PEX multicamadas; kit instalação central de gás para 4 botijões de gás P45; mangueira flexível inox 2m; registro angular 90 NPT 1/2; Tê PEX 20x20x20; tubo PEX 25mm; mão de obra de execução, com fornecimento de laudo de estanqueidade..	23086	Sv	2	R\$ 24.300,00	R\$ 48.600,00
-----	---	-------	----	---	------------------	------------------

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como **comum(ns)**, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.3. O serviço objeto da presente contratação é enquadrado como não contínuo, com execução por escopo, sob demanda, conforme a necessidade da Administração.

Prazo de vigência

1.4. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses** contados do(a) **primeiro dia útil da publicação no PNCP**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.[A5]

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação e a definição dos quantitativos encontram-se pormenorizadas no Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência, que demonstrou a necessidade administrativa, a adequação da solução proposta e a compatibilidade dos quantitativos estimados com a demanda do setor requisitante.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual de 2026, em conformidade com o planejamento administrativo da Organização Militar e com a necessidade de manutenção da funcionalidade, segurança e regularidade operacional do setor de aprovisionamento.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência, contemplando as intervenções necessárias à conservação, ao restabelecimento do funcionamento dos equipamentos e à manutenção das condições de segurança, higiene e regularidade operacional do setor requisitante.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade[A2]

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, deverão ser atendidos os requisitos pertinentes à mitigação dos impactos ambientais decorrentes da execução contratual, especialmente quanto ao uso adequado de insumos, à prevenção de vazamentos, ao gerenciamento de resíduos e à destinação final ambientalmente adequada dos materiais substituídos.

4.1.1. Deverão ser adotadas medidas de uso racional de materiais e insumos empregados na execução dos serviços.

4.1.2. Os resíduos, peças, componentes e materiais substituídos deverão receber destinação final ambientalmente adequada, observada a legislação aplicável.

4.1.3. Nos serviços que envolvam gases refrigerantes, a contratada deverá adotar procedimentos que minimizem riscos de vazamento e impactos ambientais, responsabilizando-se pelo adequado manuseio e descarte, quando cabível.

Indicação de marcas ou modelos

4.2. Na presente contratação, não haverá indicação de marca, modelo ou característica específica de fabricante, devendo os materiais, peças, componentes e acessórios empregados na execução dos serviços atender às especificações técnicas mínimas exigidas, observadas as normas aplicáveis e a compatibilidade com os equipamentos e sistemas existentes.

Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço

4.3. Para a presente contratação, não se estabelece vedação prévia quanto à utilização de marca ou produto específico, devendo os materiais, peças, componentes e acessórios empregados na execução dos serviços observar critérios de qualidade, compatibilidade técnica, segurança e adequação ao funcionamento dos equipamentos e sistemas existentes.

Da exigência de carta de solidariedade

4.4. Não será exigida carta de solidariedade emitida por fabricante, tendo em vista que o objeto da presente contratação consiste na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de materiais e peças quando necessário, não se caracterizando hipótese em que tal exigência se mostre necessária à garantia da execução contratual.

Subcontratação[A6]

4.5. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação[A8]

4.6. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Vistoria

4.7. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

Margem de Preferência

4.8. O objeto da contratação não se enquadra, para fins deste certame, nas hipóteses de aplicação de margem de preferência normal ou adicional previstas no Decreto nº 11.890, de 22 de janeiro de 2024, e nas Resoluções vigentes da Comissão Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável – CICS, não havendo, no presente caso, especificação normativa aplicável ao serviço objeto desta contratação.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução[A2]

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. O início da execução do objeto ocorrerá em até 5 (cinco) dias corridos, contados da emissão da ordem de serviço, observado o prazo específico fixado pela Administração em cada solicitação, conforme a natureza e a urgência da demanda.

5.1.2. Os serviços serão executados sob demanda, mediante emissão de ordem de serviço pela Administração, na qual constarão a descrição do serviço, o local de execução, o equipamento ou sistema a ser atendido e, quando cabível, o prazo específico para atendimento. A execução compreenderá, conforme a necessidade verificada, inspeção, diagnóstico, manutenção preventiva e corretiva, reparo, substituição de componentes, reposição de gás, instalação de equipamentos e demais intervenções necessárias ao restabelecimento das condições adequadas de funcionamento da câmara fria, dos aparelhos de ar-condicionado e da rede de gás.

5.1.3. Os serviços deverão ser realizados de forma parcelada, ao longo da vigência contratual, conforme a necessidade da Administração, inexistindo cronograma fixo de execução, sem prejuízo da observância dos prazos estabelecidos em cada ordem de serviço.

5.1.4. Após a conclusão de cada atendimento, a contratada deverá apresentar relatório técnico simplificado, contendo, no mínimo, a identificação do equipamento ou sistema atendido, a descrição da demanda, o diagnóstico apurado, os serviços executados, os materiais e peças empregados, quando houver, e a indicação das condições finais de funcionamento, para fins de fiscalização, recebimento e ateste.

5.1.5. Nos serviços relacionados à rede de gás, a contratada deverá apresentar, quando cabível, laudo de estanqueidade ou documento técnico equivalente, nos termos da ordem de serviço e das normas aplicáveis.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados nas dependências do setor de provisionamento da Coudelaria de Rincão, localizada na ERS-176, Km 86, 1º Distrito, Zona Rural, São Borja/RS, CEP 97670-000.

5.3. Os serviços serão prestados em horário compatível com o funcionamento da Organização Militar e conforme a necessidade da Administração, preferencialmente em horário de expediente, podendo ser executados em horário diverso, desde que previamente autorizado, quando a natureza ou a urgência da demanda assim o exigir.

Rotinas [A5] a serem cumpridas

5.3.1 A execução contratual observará as rotinas *abaixo*:

5.3.1.1. Os serviços serão executados sob demanda, mediante ordem de serviço emitida pela Administração, com indicação do local, do equipamento ou sistema a ser atendido, da descrição da necessidade e, quando cabível, do prazo para atendimento.

5.3.1.2. A contratada deverá comparecer ao local indicado para realização de inspeção, diagnóstico e execução dos serviços necessários à manutenção preventiva ou corretiva da câmara fria, dos aparelhos de ar-condicionado e da rede de gás.

5.3.1.3. Antes da execução de intervenções que impliquem substituição de peças, componentes ou emprego de materiais não ordinários, a contratada deverá submeter a necessidade à fiscalização, para ciência e autorização, quando couber.

5.3.1.4. A execução deverá observar as normas técnicas e de segurança aplicáveis, bem como os procedimentos necessários à preservação da integridade das instalações, dos equipamentos e da segurança dos usuários.

5.3.1.5. Ao final de cada atendimento, a contratada deverá realizar testes de funcionamento, assegurando o restabelecimento das condições adequadas de operação do equipamento ou sistema atendido.

5.3.1.6. Após a conclusão de cada atendimento, a contratada deverá apresentar relatório técnico simplificado, contendo, no mínimo, a identificação do equipamento ou sistema atendido, a descrição da demanda, o diagnóstico apurado, os serviços executados, os materiais e peças empregados, quando houver, e a indicação das condições finais de funcionamento, para fins de fiscalização, recebimento e ateste.

5.3.1.7. Nos serviços relacionados à rede de gás, a contratada deverá adotar os procedimentos técnicos pertinentes à verificação da segurança do sistema e apresentar, quando cabível, laudo de estanqueidade ou documento técnico equivalente.

5.3.1.8. Os resíduos, peças, componentes e materiais substituídos deverão receber destinação adequada, observadas as normas ambientais e de segurança aplicáveis.

Materiais a serem disponibilizados

5.4. Para a perfeita execução dos serviços, a contratada deverá disponibilizar, por sua conta, os materiais, equipamentos, ferramentas, utensílios, peças, componentes, acessórios e demais insumos necessários à execução do objeto, em quantidades compatíveis com a demanda e em condições adequadas de uso, promovendo sua substituição sempre que necessário.

5.4.1. A contratada deverá fornecer os materiais, peças, componentes e acessórios necessários à manutenção preventiva e corretiva da câmara fria, dos aparelhos de ar-condicionado e da rede de gás, observadas as especificações técnicas pertinentes e a compatibilidade com os equipamentos e sistemas existentes.

5.4.2. A contratada deverá disponibilizar os equipamentos, ferramentas, instrumentos e utensílios indispensáveis à inspeção, diagnóstico, manutenção, reparo, instalação, testes de funcionamento e demais intervenções necessárias à execução dos serviços.

5.4.3. A contratada deverá substituir, sem ônus adicional para a Administração, os materiais, peças, componentes, acessórios, equipamentos ou insumos que apresentem defeito, inadequação técnica, incompatibilidade ou condições impróprias para uso

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.5. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.5.1. necessidade de execução, sob demanda, de serviços de manutenção preventiva e corretiva da câmara fria, dos aparelhos de ar-condicionado e da rede de gás do setor de abastecimento, com fornecimento de materiais, peças, componentes e acessórios necessários à perfeita execução do objeto;

5.5.2. atendimento às necessidades operacionais de unidade responsável, em média, pelo preparo e fornecimento diário de refeições a aproximadamente 140 militares, o que exige regularidade, segurança e adequado funcionamento da infraestrutura de apoio;

5.5.3. execução parcelada, ao longo da vigência contratual, conforme a necessidade efetivamente verificada pela Administração, considerados o histórico de manutenção e os quantitativos estimados para os diversos tipos de serviço.

Especificação[A14] da garantia do serviço

5.6. *O prazo de garantia dos serviços é aquele estabelecido[A15] na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).*

Procedimentos de transição e finalização do contrato[A17]

5.7. *Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.*

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. *Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.*

Preposto[A2]

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. O Contratado *não necessitará* manter preposto da empresa no local da execução do objeto *durante a execução do serviço*.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.[A3]

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.16. *A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:*

6.16.1. verificar o cumprimento das ordens de serviço emitidas pela Administração, especialmente quanto ao objeto executado, aos prazos estabelecidos, ao local de atendimento e à adequação dos serviços prestados às especificações deste Termo de Referência;

6.16.2. conferir os relatórios técnicos apresentados pela contratada, bem como os materiais, peças, componentes e acessórios empregados na execução, para fins de recebimento, ateste e pagamento;

6.16.3. avaliar, após cada atendimento, se houve o restabelecimento das condições adequadas de funcionamento, segurança, higiene e operacionalidade da câmara fria, dos aparelhos de ar-condicionado e da rede de gás, promovendo o registro de ocorrências e a exigência de correções, quando necessário; e

6.16.4. nos serviços relacionados à rede de gás, verificar a apresentação do laudo de estanqueidade ou de documento técnico equivalente, quando cabível, bem como a observância das condições de segurança aplicáveis.

6.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.18. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

Fiscalização Administrativa

6.19. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.20. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

6.21. Cabe ao gestor do contrato:

6.21.1 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.21.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.21.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.21.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.21.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.21.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.21.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

6.21.8. receber e dar encaminhamento imediato:

6.21.8.1 às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.21.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.[A12]

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto observará o disposto nesta seção, não sendo adotado Instrumento de Medição de Resultado (IMR), e será realizada com base na verificação, pela fiscalização contratual, do cumprimento das ordens de serviço, da adequação dos serviços executados, dos materiais e peças empregados, da documentação técnica apresentada e do restabelecimento das condições adequadas de funcionamento dos equipamentos e sistemas atendidos.

7.2. Considerando que a presente contratação adotará o regime de empreitada por preço unitário, a medição e o pagamento observarão os serviços efetivamente executados, conforme os quantitativos aferidos pela fiscalização, as ordens de serviço emitidas, os relatórios técnicos apresentados e os valores unitários contratados, não se aplicando a sistemática de medição por etapas de cronograma físico-financeiro.

7.3. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a contratada:

7.3.1. deixou de executar, total ou parcialmente, os serviços solicitados em ordem de serviço;

7.3.2. executou os serviços em desacordo com as especificações deste Termo de Referência, com qualidade inferior à exigida ou sem restabelecer as condições adequadas de funcionamento dos equipamentos e sistemas atendidos; ou

7.3.3. deixou de apresentar a documentação técnica pertinente, empregou materiais, peças ou componentes inadequados ou incompatíveis, ou deixou de cumprir exigências necessárias ao recebimento e ateste dos serviços.

7.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.4.1. cumprimento da ordem de serviço, com execução do objeto solicitado nos prazos e condições estabelecidos pela Administração;

7.4.2. apresentação de relatório técnico simplificado, contendo, no mínimo, a identificação do equipamento ou sistema atendido, a descrição da demanda, os serviços executados, os materiais e peças empregados, quando houver, e a indicação das condições finais de funcionamento; e

7.4.3. ateste da fiscalização quanto à conformidade dos serviços executados e ao restabelecimento das condições adequadas de funcionamento, segurança e operacionalidade da câmara fria, dos aparelhos de ar-condicionado e da rede de gás, bem como, quando cabível, apresentação de laudo de estanqueidade ou documento técnico equivalente.

Recebimento

7.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de até 2 (dois) dias úteis, contado da comunicação da conclusão do atendimento pela contratada, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termo detalhado, desde que verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.6. O prazo para recebimento provisório será contado da comunicação formal da conclusão dos serviços pela contratada, acompanhada da documentação comprobatória pertinente, inclusive relatório técnico simplificado e, quando cabível, laudo de estanqueidade ou documento técnico equivalente.

7.7. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.8. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.9. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.10. Para efeito de recebimento provisório e faturamento, será considerado cada atendimento concluído e devidamente atestado pela fiscalização, com base na respectiva ordem de serviço e na comprovação da execução do objeto

7.11. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.11.1 o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.12. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.13. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.14. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.15. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.[A8]

7.16. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.17. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.18. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.18.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.18.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.18.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.18.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.18.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.[A9]

7.19. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.20. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.21 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.22. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.23. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.24. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.25. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.26. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.27. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.27.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.27.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.28. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.29. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.30. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.31. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.32. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.33. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice *IPCA-IBGE* de correção monetária.[A10]

Forma de pagamento

7.34. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.35. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.36. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.36.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.[A11]

7.37. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento[A12]

7.38. Não será permitida a antecipação de pagamento, parcial ou total, tendo em vista que a presente contratação será executada sob demanda, com medição por preço unitário e pagamento condicionado à comprovação da execução dos serviços e ao respectivo ateste pela fiscalização, não se verificando, no caso concreto, justificativa excepcional para adoção da medida.

Reajuste[A24]

7.39. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado [A25] da data do orçamento estimado, em 01/04/2026.

7.40. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do **IPCA-IBGE**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.41. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.42. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.43. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.44. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.45. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.46. O reajuste será realizado por apostilamento.

Cessão de Crédito[A29]

7.47. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.[A30]

7.47.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.47.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.47.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.47.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.[A31]

7.48. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.[A32]

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias.

8.2.4.2. Compensatória, para as infrações descritas acima nas alíneas “e” a “h”, de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

8.2.4.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

8.2.4.4. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

8.2.4.5. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

8.2.4.6. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 2% (dois por cento) a 10% (dez por cento) do valor da parcela inadimplida.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta[A1]

9.1. *O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.*

9.2. *O regime de execução do objeto será de empreitada por preço unitário.*

Critérios de aceitabilidade de preços

9.3. *Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será[A7] :*

9.3.1. *Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa tabela constante no item 1.1 deste Termo de Referência.*

Exigências[A8] de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.5. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;[A9]

9.6. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;[A10]

9.9. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.10. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.13. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados,

inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

- 9.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.20. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;[A12]
- 9.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.[A13]

Qualificação Econômico-Financeira[A14]

- 9.23. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;
- 9.24. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- 9.25. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis *do último exercício social*, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas [A15] :

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

- 9.26. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, **capital mínimo de 2% do valor total estimado da parcela pertinente**.[A16]

9.27. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.28. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.29. *O atendimento[A19] dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.*

9.30. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica[A21]

9.31. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.32.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.33. Não será exigido registro ou inscrição da empresa em entidade profissional específica, por não se tratar de requisito indispensável à comprovação da aptidão para execução do objeto, sem prejuízo da obrigação de a contratada observar as normas técnicas, ambientais e de segurança aplicáveis durante a execução contratual.

9.34. Não serão exigidos requisitos técnicos adicionais previstos em legislação específica, além daqueles estabelecidos neste Termo de Referência.

Qualificação Técnico-Operacional

9.35. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso[A24] .

9.35.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:[A25]

9.35.1.1. Será admitido o somatório de atestados para comprovação da aptidão técnica do fornecedor, desde que os serviços comprovados sejam compatíveis com o objeto da contratação.

9.35.1.2. Não se aplica a exigência de comprovação de quantitativo de postos de trabalho, por não se tratar de contratação com dedicação exclusiva de mão de obra.

9.35.1.3. Os atestados deverão conter, no mínimo, a identificação do contratante, a descrição dos serviços executados, o período de execução e declaração quanto à execução satisfatória dos serviços.

9.36.2. Não será exigida a comprovação de quantitativo mínimo de serviço, bastando a demonstração de execução anterior de serviços compatíveis com o objeto da contratação.

9.36.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.36.4. O fornecedor disponibilizará [A30] todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.36.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.37. *A contratada deverá assegurar atendimento técnico no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contado da solicitação formal da Administração, inclusive mediante deslocamento de profissional qualificado ao local, quando necessário, devendo adotar as providências cabíveis para diagnóstico e solução do problema, conforme a natureza e a complexidade da demanda.*

9.38. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.39. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

Qualificação Técnico-Profissional[A32]

9.40. Não será exigida qualificação técnico-profissional específica para a presente contratação, por não se tratar de objeto que demande, para fins de habilitação, a indicação prévia de profissional registrado em conselho profissional competente.

9.40.1. Não se aplica.

9.40.2. Não se aplica.

9.41. Não se aplica.

9.42. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

Disposições gerais sobre habilitação

9.43. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.44. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.45. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.46. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.47. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Documentação complementar para cooperativas

9.48. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.48.1 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.48.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

- 9.48.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;
- 9.48.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;
- 9.48.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;
- 9.48.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:
- 9.48.6.1. ata de fundação;
 - 9.48.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
 - 9.48.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
 - 9.48.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
 - 9.48.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;
 - 9.48.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e
 - 9.48.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador[A35] .

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. *O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável,[A2] é de R\$ 173.833,10 (cento e setenta e três Mil e oitocentos e trinta e três reais e dez centavos), conforme custos unitários apostos na **tabela contida no item 1.1 acima**.*

10.2. *Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:*

10.2.1 *em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;*

10.2.2. *em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;*

10.2.3. *serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou*

10.2.4 *poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.*

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. *As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.*

11.2. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente[A2].

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

São Borja, na data da assinatura eletrônica.

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável

13. ANEXO I

ANEXO I

Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

(Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024[A2])

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o *prazo de 2 (dois)*, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato *Nota de Empenho*, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133 /2021;

1.3.2.1 o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no *Edital*, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. *O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.*

2.2. *O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.[A3]*

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE[A7]

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência;

3.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.9.1. A Administração terá o prazo de **30 (trinta) dias**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período. [A8]

3.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 dias úteis.[A9]

3.1.12. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.1.13. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

3.1.14. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

3.1.17. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

3.1.18. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO[A11]

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal contratual ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das disposições do Termo de Referência e deste Anexo, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;[A12]

4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

4.1.8. Não contratar, durante a vigência da contratação, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante ou do fiscal ou gestor contratuais, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

4.1.9.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.9.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.9.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.9.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.9.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT; [A13]

4.1.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pela contratação, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

4.1.11. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

4.1.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

4.1.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência contratual.

4.1.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

4.1.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

4.1.17. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

4.1.18. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

4.1.19. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação;

4.1.20. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

4.1.21. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;[A14]

4.1.22. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;

4.1.23. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

4.1.24. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

4.1.25. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.1.26. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.27. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

4.1.31. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante.

4.1.32. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá.

4.1.33. Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.

4.1.34. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.

4.1.35. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização contratual, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.

4.1.36. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.

4.1.37. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas na contratação, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

4.1.38. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.

4.1.39. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.

4.1.43. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

5. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD[A19]

5.1. *As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão da licitação ou da contratação, a partir da apresentação da proposta no certame, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.*

5.2. *Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.*

5.3. *É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.*

5.4. *A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.*

5.5. *Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do Contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.*

5.6. *É dever do Contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD. [A20]*

5.7. *O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.*

5.8. *O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados. [A21]*

5.9. *O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.*

5.10. *Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.*

5.10.1. *Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.*

5.11. *O presente instrumento está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.*

5.12. *Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.[A22]*

6. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL[A23]

6.1. *A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.*

6.2. *Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.*

6.3. *Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:*

6.3.1. *ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e*

6.3.2. *poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual*

6.8.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

6.8.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

6.8.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

6.9. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

6.9.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

6.9.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

6.9.3. Indenizações e multas.

6.10. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

6.11. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

7. DOS CASOS OMISSOS

7.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.[A27]

8. ALTERAÇÕES

8.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

8.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.[A28]

8.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

8.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. FORO

9.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em Porto Alegre, Seção Judiciária do Rio Grande do Sul para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14. ANEXO II

ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA[A1]


Por meio deste instrumento, (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão* nº 90007/2026, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .


(Nome e Cargo do Representante Legal)

15. Responsáveis


Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Documento assinado digitalmente
 **ALISON RAFAEL FOGLIARINI LISBOA**
Data: 30/04/2026 15:32:19-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

ALISON RAFAEL FOGLIARINI LISBOA
Equipe de planejamento da contratação

Documento assinado digitalmente
 **JOELSON CABRAL DE QUEVEDO**
Data: 30/04/2026 14:07:21-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

JOELSON CABRAL DE QUEVEDO
Equipe de planejamento da contratação

Documento assinado digitalmente
 **PAULA CARINA GULARTE SOUZA**
Data: 30/04/2026 12:38:13-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

PAULA CARINA GULARTE SOUZA
Equipe de planejamento da contratação

Nota Técnica de Análise Crítica de Pesquisa de Preços

NOTA TÉCNICA Nº 90009/2026

I – OBJETO DA CONTRATAÇÃO.

O objeto da presente da Contratação de serviço de Manutenção de Câmara Fria, Ar condicionados e Rede de gás.

II – PARÂMETROS CONSULTADOS

2.1. Para a definição do valor estimado da contratação foram utilizados os parâmetros previstos na IN SEGES/ME nº 65/2021, conforme discriminado na tabela abaixo.

Nrº do Item (ns)	Parâmetros Utilizados	Justificativa para escolha
1,2,3,4,56,7,8,9,10,11,12.	Painel de preços.	Foi utilizado o Painel de Preços por ser instrumento oficial que assegura transparência, celeridade e conformidade legal na obtenção dos orçamentos.

2.2 Foram priorizadas a consulta aos sistemas oficiais de governo e às contratações similares feitas pela Administração Pública, em conformidade com o artigo 5º, §1º da IN Seges/ME nº 65/2021.

(x) Painel de Preços

Objeto	Und	Qtde	Contratante (UASG/ Nome)	Empenho/ Licitação	Preço Unit. (em R\$)
Conserto placa eletrônica ar condicionado de ar condicionado de 9.000 à 18.000 BTUS.	Sv	60	984223 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BELO-MG	Pregão: 90013/2025 Item: 08	181,00
			158144 - INSTITUTO FED.DE EDUC.CIÊNCIA E TECNOLOGIA MT	Disp licit: 90036/2024 Item: 06	185,00
			158498 - INST.FED.MAT O GROSSO/CAMP US RONDONOPOLIS	Disp licit: 90003/2024 Item: 08	187,00
Conserto placa eletrônica ar	Sv	25	158144 - INSTITUTO	Disp licit: 90036/2024	285,00

condicionado de ar condicionado de 24.000 à 60.000 BTUS			FED.DE EDUC.CIÊNCIA E TECNOLOGIA MT	Item: 08	
			160110 - COLEGIO MILITAR DE JUIZ DE FORA	Disp licit: 90009/2024 Item: 01	290,00
			257035 - DIST. SANT. ESP. INDIGENA	Pregão: 90063/2024 Item: 19	295,02
Serviço de manutenção de prevenção preventiva e corretiva em equipamentos de ar condicionado modelo Split superiores a 9.000 até 18.000 btus e seu sistema elétrico em geral, incluso todo material necessário para manutenção	Sv	60	160130 - 36 BATALHAO DE INFANTARIA MECANIZADO – MEX	Pregão: 25/2023 Item: 24	310,00
			160130 - 36 BATALHAO DE INFANTARIA MECANIZADO – MEX	Pregão: 25/2023 Item: 56	320,00
			158144 - INSTITUTO FED.DE EDUC.CIÊNCIA E TECNOLOGIA MT	Pregão: 90026/2024 Item: 96	325,00
Serviço de manutenção de prevenção preventiva e corretiva em equipamentos de ar condicionado modelo Split superiores a 24.000 até 60.000 btus e seu sistema elétrico em geral, incluso todo material necessário para manutenção.	Sv	25	927577 - CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDA DE – MT	Pregão: 90003/2024 Item: 28	469,00
			257035 - DIST. SANT. ESP. INDIGENA	Pregão: 90063/2024 Item: 18	470,00
			158137 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO SUL DE MG	Pregão: 90605/2025 Item: 01	473,00
Manutenção em ar condicionado: reposição de gás. Split superiores a 9.000 até 18.000 btus.	Sv	60	158144 - INSTITUTO FED.DE EDUC.CIÊNCIA E TECNOLOGIA MT	Pregão: 90026/2024 Item: 220	200,00
			984223 - PREFEITURA MUNICIPAL DE	Pregão: 90013/2025 Item: 11	203,00

			CAMPO BELO-MG		
			158144 - INSTITUTO FED.DE EDUC.CIÊNCIA E TECNOLOGIA MT	Disp licit: 90011/2024 Item: 09	209,00
Manutenção em ar condicionado: reposição de gás. Split superiores a 24.000 até 60.000 btus	Sv	25	158144 - INSTITUTO FED.DE EDUC.CIÊNCIA E TECNOLOGIA MT	Pregão: 90026/2024 Item: 159	255,00
			158144 - INSTITUTO FED.DE EDUC.CIÊNCIA E TECNOLOGIA MT	Pregão: 90026/2024 Item: 284	258,00
			257035 - DIST. SANT. ESP. INDIGENA	Pregão: 90063/2024 Item: 16	259,00
Prestação de serviço para instalação de ar condicionado modelo Split superiores a 9.000 até 18.000 btus, compatível com a potência dos aparelhos, conforme NBR e ABNT, garantia de 03 meses, todo material incluso.	Sv	50	135015 - EMBRAPA GADO DE LEITE/JUIZ DE FORA/MG	Disp licit: 90027/2024 Item: 02	480,00
			257035 - DIST. SANT. ESP. INDIGENA	Pregão: 90063/2024 Item: 15	490,00
			160130 - 36 BATALHAO DE INFANTARIA MECANIZADO – MEX	Pregão: 25/2023 Item: 32	490,00
Prestação de serviço para instalação de ar condicionado modelo Split 24.000 btus, compatível com a potência dos aparelhos, conforme NBR e ABNT, garantia de 03 meses, todo material incluso.	Sv	10	160130 - 36 BATALHAO DE INFANTARIA MECANIZADO – MEX	Pregão: 25/2023 Item: 04	550,00
			240128 - LABORATORIO NACIONAL DE ASTROFISICA – MG	Pregão: 90009/2024 Item: 08	590,00
			257035 - DIST. SANT. ESP. INDIGENA	Pregão: 90063/2024 Item: 24	600,00

Prestação de serviço para instalação de ar condicionado modelo split (parede e sistemas) instalação de condicionador de ar de 60.000 BTUS, até 03 metros de altura do solo, incluindo preparação do local, todo o material de instalação necessário e mão de obra.	Sv	05	200115 - SUPERINTENDENCIA REG. POL. RODV. FEDERAL-MG	Pregão: 90006/2024 Item: 12	1.380,00
			200115 - SUPERINTENDENCIA REG. POL. RODV. FEDERAL-MG	Pregão: 90006/2024 Item: 06	1.398,00
			200115 - SUPERINTENDENCIA REG. POL. RODV. FEDERAL-MG	Pregão: 90006/2024 Item: 07	1.431,00
SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DA REDE DE GÁS DO SETOR DO APROVISIONAMENTO PARA ATENDER AS ESPECIFICAÇÕES DO PASA,	Sv	02	EMBRAPA TRIGO/PASSO FUNDO/RS UASG: 135032	Dispensa de Licitação: 90040/2024 Item: 01	27.100,00
			ESP-UNESP-FACULDADE DE CIENCIAS-C. BAURU UASG: 102333	Dispensa de Licitação: 91261/2024 Item: 02	23.900,00
			ESP-UNESP-FACULDADE DE CIENCIAS-C. BAURU UASG: 102333	Dispensa de Licitação: 91261/2024 Item: 01	16.500,00
SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM EQUIPAMENTOS DE AR CONDICIONADO MODELO SPLIT SUPERIORES A 9.000 ATÉ 36.000 BTUS	Sv	07	CAMPUS ARRAIAL DO CABO UASG: 152237	Pregão: 90001/2025 Item: 155	500,00
			CAMPUS ARRAIAL DO CABO UASG: 152237	Pregão: 90001/2024 Item: 111	700,00
			CAMPUS ARRAIAL DO CABO UASG: 152237	Pregão: 90001/2024 Item: 106	600,00
MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE CÂMARA FRIA	Sv	10	7.DEPOSITO DE SUPRIMENTO UASG: 160198	Pregão: 90006/2024 Item: 41	1.600,00

CONGELAMENTO, CÂMARA.			EES- SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE UASG: 925120	Pregão: 90052/2025 Item: 01	1.600,00
			COUDELARIA DE RINCAO/RS UASG: 160514	Dispensa de Licitação: 90023 /2024 Item: 02	1.610,33

() II - Aquisições e contratações similares de outros entes públicos, firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório;

Não utilizado por não terem sido encontrados processos de compra passíveis de comparação em qualidade e dimensionamento que atendessem as necessidades conforme o objeto da pesquisa.

() III – Dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório, contendo a data e hora de acesso;

Não utilizado por não terem sido encontrados processos de compra passíveis de comparação em qualidade e dimensionamento que atendessem as necessidades conforme o objeto da pesquisa.

() IV – pesquisa direta com fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que os orçamentos considerados estejam compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório.

Não utilizado por não terem sido encontrados processos de compra passíveis de comparação em qualidade e dimensionamento que atendessem as necessidades conforme o objeto da pesquisa.

2.3. Na consulta direta com fornecedores, foi enviada comunicação às seguintes empresas:

2.4. O preço estimado para a contratação considerou o mínimo de três cotações, nos termos do artigo 6º, §5º da IN SEGES/ME nº 65/2021.

III – SÉRIE DE PREÇOS COLETADOS

IV – METODOLOGIA PARA OBTENÇÃO DO PREÇO ESTIMADO

4.1. A obtenção do preço estimado deu-se com base na média dos valores obtidos na pesquisa de preços, em razão de fornecer a possibilidade de o pregoeiro ter mais opções durante a abertura do pregão

4.2. Dentro dos preços coletados, foram desconsiderados aqueles inexequíveis, inconsistentes ou excessivamente elevados, conforme abaixo:

V – MEMÓRIA DE CÁLCULO E CONCLUSÃO

5.1. O preço estimado da aquisição é: R\$ 173.833,10 (Cento e Setenta e Três Mil e Oitocentos e Trinta e Três Reais e Dez Centavos), conforme memória de cálculo abaixo:

Preço de Referência dos Itens a serem licitados	
Conserto placa eletrônica ar condicionado de ar condicionado de 9.000 à 18.000 BTUS.	R\$ 184,34 (Cento e Oitenta e Quatro Reais e Trinta e Quatro Centavos)
Conserto placa eletrônica ar condicionado de ar condicionado de 24.000 à 60.000 BTUS	R\$ 290,01 (Duzentos e Noventa Reais e Um Centavo)
Serviço de manutenção de prevenção preventiva e corretiva em equipamentos de ar condicionado modelo Split superiores a 9.000 até 18.000 btus.	R\$ 318,34 (trezentos e dezoito reais e trinta e quatro centavos)
Serviço de manutenção de prevenção preventiva e corretiva em equipamentos de ar condicionado modelo Split superiores a 24.000 até 60.000 btus.	R\$ 470,67 (quatrocentos e setenta reais e sessenta e sete centavos)
Manutenção em ar condicionado: reposição de gás. Split superiores a 9.000 até 18.000 btus.	R\$ 204,00 (duzentos e quatro reais)
Manutenção em ar condicionado: reposição de gás. Split superiores a 24.000 até 60.000 btus	R\$ 257,34 (duzentos e cinquenta e sete reais e trinta e quatro centavos)
Prestação de serviço para instalação de ar condicionado modelo Split superiores a 9.000 até 18.000 btus.	R\$ 486,67 (Quatrocentos e Oitenta e Seis Reais e Sessenta e Sete Centavos)
Prestação de serviço para instalação de ar condicionado modelo Split 24.000 btus.	R\$ 580,00 (Quinhentos e Oitenta Reais)
Prestação de serviço para instalação de ar condicionado modelo split (parede e sistemas) instalação de condicionador de ar de 60.000 BTUS.	R\$ 1.403,00 (Mil e Quatrocentos e Três Reais)
MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE CÂMARA FRIA	R\$ 1.603,33 (Mil e Seiscentos e Três Reais e Trinta e Três Centavos)

SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM EQUIPAMENTOS DE AR CONDICIONADO	R\$ 600,00 (Seiscentos Reais)
SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DA REDE DE GÁS DO SETOR	R\$ 24.300,00 (Vinte e Quatro Mil e Trezentos Reais)

5.2. Após a realização de pesquisa de preços em conformidade com a IN SEGES/ME nº 65/2021, certifica-se que o preço estimado para a presente contratação é compatível com os praticados no mercado.

VI – IDENTIFICAÇÃO DOS AGENTES RESPONSÁVEIS PELA PESQUISA DE PREÇOS

6.1. A presente pesquisa de preços foi conduzida por: JOELSON CABRAL DE QUEVEDO–1º Sgt

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020

Nº do Item	Especificação	Preço 01	Preço 02	Preço 03	Média
01	Conserto placa eletrônica ar condicionado de ar condicionado de 9.000 à 18.000 BTUS.	R\$ 181,00	R\$ 185,00	R\$ 187,00	R\$ 184,34
02	Conserto placa eletrônica ar condicionado de ar condicionado de 24.000 à 60.000 BTUS	R\$ 285,00	R\$ 290,00	R\$ 295,02	R\$ 290,01
03	Serviço de manutenção preventiva e corretiva em equipamentos de ar condicionado modelo Split superiores a 9.000 até 18.000 btus.	R\$ 310,00	R\$ 320,00	R\$ 325,00	R\$ 318,34
04	Serviço de manutenção preventiva e corretiva em equipamentos de ar condicionado modelo Split superiores a 24.000 até 60.000 btus.	R\$ 469,00	R\$ 470,00	R\$ 473,00	R\$ 470,67
05	Manutenção em ar condicionado: reposição de gás. Split superiores a 9.000 até 18.000 btus.	R\$ 200,00	R\$ 203,00	R\$ 209,00	R\$ 204,00
06	Manutenção em ar condicionado: reposição de gás. Split superiores a 24.000 até 60.000 btus	R\$ 255,00	R\$ 258,00	R\$ 259,00	R\$ 257,34
07	Prestação de serviço para instalação de ar condicionado modelo Split superiores a 9.000 até 18.000 btus.	R\$ 480,00	R\$ 490,00	R\$ 490,00	R\$ 486,67
08	Prestação de serviço para instalação de ar condicionado modelo Split 24.000 btus.	R\$ 550,00	R\$ 590,00	R\$ 600,00	R\$ 580,00
09	Prestação de serviço para instalação de ar condicionado modelo split (parede e sistemas) instalação de condicionador de ar de 60.000 BTUS.	R\$ 1.380,00	R\$ 1.398,00	R\$ 1.431,00	R\$ 1.403,00
10	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DA REDE DE GÁS DO SETOR DO APROVISIONAMENTO PARA ATENDER AS ESPECIFICAÇÕES DO PASA.	R\$ 27.100,00	R\$ 23.900,00	R\$ 21.900,00	R\$ 24.300,00
11	Manutenção corretiva/preventiva dos ar condicionado de 9.000 a 36.000 BTU	R\$ 500,00	R\$ 700,00	R\$ 600,00	R\$ 600,00
12	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE CÂMARA FRIA CONGELAMENTO, CÂMARA RESFRIADOS E ANTI-CÂMARA	R\$ 1.600,00	R\$ 1.600,00	R\$ 1610,00	R\$ 1.603,33



Documento assinado digitalmente

ALISON RAFAEL FOGLIARINI LISBOA

Data: 30/04/2026 15:27:44-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

ALISON RAFAEL FOGLIARINI LISBOA – 1º Sgt
Chefe da Equipe de Planejamento da Aquisição



Documento assinado digitalmente

JOELSON CABRAL DE QUEVEDO

Data: 30/04/2026 14:37:01-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

JOELSON CABRAL DE QUEVEDO - 1º Sgt
Membro da Equipe de Planejamento da Aquisição



Documento assinado digitalmente

PAULA CARINA GULARTE SOUZA

Data: 30/04/2026 12:38:13-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

PAULA CARINA GOULARTE SOUZA – 3º SGT
Membro da Equipe de Planejamento da Aquisição

MÉDIA

R\$ 2.438,64

MEDIANA

R\$ 110,00

MENOR

R\$ 40,26

Quantidade total de registros: 0

Registros apresentados: 119 a 119

FILTROS APLICADOS

Descrição

Descrição

Complementar

Ano da

Compra

AR CONDICIONADO - MANUTENCAO DE SISTEMAS / LIMPEZA, AR CONDICIONADO -
INSTALACAO/MONTAGEM/DESMONATAGEM/REMOÇÃO -(PAREDE / SISTEMAS), AR
CONDICIONADO - MANUTENCAO DE APARELHOS DE PAREDE, AR CONDICIONADO -
MANUTENCAO SISTEMA CENTRAL

102 of 204642

2024,
2025

RESULTADO 119

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 90001/2024

Número do Item: 00111

Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - Registro de Preços para eventual contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos condicionadores de ar, instalação e desinstalação de ar condicionado e elaboração do PMOC - Plano de Manutenção e Controle de Operações dos condicionadores de ar pertencentes ao patrimônio do IFRJ Campus Arraial do Cabo e demais campi do IFRJ.

Quantidade Ofertada: 6

Valor Proposto Unitário: -

Valor Unitário do Item: R\$ 700

Código do CATMAT: 22454

Descrição do Item: AR CONDICIONADO - MANUTENCAO SISTEMA CENTRAL

Descrição Complementar:

Unidade de Fornecimento: UNIDADE

Modalidade da Compra: Pregão

Forma de Compra: SISRP

Marca:

Data do Resultado: 06/11/2024

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: INNOVA AIR SERVICOS TECNICOS LTDA

CNPJ/CPF: 13411926000111

Porte do Fornecedor: Outros

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 152237 - CAMPUS ARRAIAL DO CABO

Órgão: INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RJ

Órgão Superior: -

MÉDIA

R\$ 2.438,64

MEDIANA

R\$ 110,00

MENOR

R\$ 40,26

Quantidade total de registros: 0

Registros apresentados: 118 a 118

FILTROS APLICADOS

Descrição

Descrição

Complementar

Ano da

Compra

AR CONDICIONADO - MANUTENCAO DE SISTEMAS / LIMPEZA, AR CONDICIONADO -
INSTALACAO/MONTAGEM/DESMONATAGEM/REMOÇÃO -(PAREDE / SISTEMAS), AR
CONDICIONADO - MANUTENCAO DE APARELHOS DE PAREDE, AR CONDICIONADO -
MANUTENCAO SISTEMA CENTRAL

102 of 204642

2024,
2025

RESULTADO 118

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 90001/2024

Número do Item: 00106

Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - Registro de Preços para eventual contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos condicionadores de ar, instalação e desinstalação de ar condicionado e elaboração do PMOC - Plano de Manutenção e Controle de Operações dos condicionadores de ar pertencentes ao patrimônio do IFRJ Campus Arraial do Cabo e demais campi do IFRJ.

Quantidade Ofertada: 2

Valor Proposto Unitário: -

Valor Unitário do Item: R\$ 600

Código do CATMAT: 22454

Descrição do Item: AR CONDICIONADO - MANUTENCAO SISTEMA CENTRAL

Descrição Complementar:

Unidade de Fornecimento: UNIDADE

Modalidade da Compra: Pregão

Forma de Compra: SISRP

Marca:

Data do Resultado: 06/11/2024

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: INNOVA AIR SERVICOS TECNICOS LTDA

CNPJ/CPF: 13411926000111

Porte do Fornecedor: Outros

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 152237 - CAMPUS ARRAIAL DO CABO

Órgão: INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RJ

Órgão Superior: -

MÉDIA

R\$ 2.438,64

MEDIANA

R\$ 110,00

MENOR

R\$ 40,26

Quantidade total de registros: 0

Registros apresentados: 117 a 117

FILTROS APLICADOS

Descrição

Descrição

Complementar

Ano da

Compra

AR CONDICIONADO - MANUTENCAO DE SISTEMAS / LIMPEZA, AR CONDICIONADO -
INSTALACAO/MONTAGEM/DESMONATAGEM/REMOÇÃO -(PAREDE / SISTEMAS), AR
CONDICIONADO - MANUTENCAO DE APARELHOS DE PAREDE, AR CONDICIONADO -
MANUTENCAO SISTEMA CENTRAL

102 of 204642

2024,
2025

RESULTADO 117

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 90001/2024

Número do Item: 00155

Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - Registro de Preços para eventual contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos condicionadores de ar, instalação e desinstalação de ar condicionado e elaboração do PMOC - Plano de Manutenção e Controle de Operações dos condicionadores de ar pertencentes ao patrimônio do IFRJ Campus Arraial do Cabo e demais campi do IFRJ.

Quantidade Ofertada: 2

Valor Proposto Unitário: -

Valor Unitário do Item: R\$ 500

Código do CATMAT: 22454

Descrição do Item: AR CONDICIONADO - MANUTENCAO SISTEMA CENTRAL

Descrição Complementar:

Unidade de Fornecimento: UNIDADE

Modalidade da Compra: Pregão

Forma de Compra: SISRP

Marca:

Data do Resultado: 06/11/2024

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: INNOVA AIR SERVICOS TECNICOS LTDA

CNPJ/CPF: 13411926000111

Porte do Fornecedor: Outros

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 152237 - CAMPUS ARRAIAL DO CABO

Órgão: INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RJ

Órgão Superior: -



MINISTÉRIO DA
GESTÃO E DA INOVAÇÃO
EM SERVIÇOS PÚBLICOS



MÉDIA

MEDIANA

MENOR

R\$ 4.650,08

R\$ 850,00

R\$ 0,9734

Quantidade total de registros: 0

Registros apresentados: 372 a 372

FILTROS APLICADOS

Descrição

Descrição Complementar Ano da Compra

INSTALACAO / MANUTENCAO - CAMARA FRIA 8 of 204642

2024, 2025

RESULTADO 372

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 90006/2024

Número do Item: 00041

Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - Contratação de serviço para manutenção de câmaras frigoríficas e câmaras de viaturas baú frigorificadas, visando atender as necessidades do 7º D Sup e Unidades Gestoras Participantes.

Quantidade Ofertada: 45

Valor Proposto Unitário: -

Valor Unitário do Item: R\$ 1600

Código do CATMAT: 20796

Descrição do Item: INSTALACAO / MANUTENCAO - CAMARA FRIA

Descrição Complementar:

Unidade de Fornecimento: UNIDADE

Modalidade da Compra: Pregão

Forma de Compra: SISRP

Marca:

Data do Resultado: 08/10/2024

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: CLIMATEC SERVICOS TECNICOS LTDA

CNPJ/CPF: 11873478000142

Porte do Fornecedor: Pequena Empresa

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 160198 - 7.DEPOSITO DE SUPRIMENTO

Órgão: COMANDO DO EXERCITO

Órgão Superior: -



MINISTÉRIO DA
GESTÃO E DA INOVAÇÃO
EM SERVIÇOS PÚBLICOS



MÉDIA

MEDIANA

MENOR

R\$ 4.650,08

R\$ 850,00

R\$ 0,9734

Quantidade total de registros: 0

Registros apresentados: 373 a 373

FILTROS APLICADOS

Descrição

Descrição Complementar Ano da Compra

INSTALACAO / MANUTENCAO - CAMARA FRIA 8 of 204642

2024, 2025

RESULTADO 373

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 90052/2025

Número do Item: 00001

Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa de manutenção corretiva e preventiva em câmara fria, com calibração, qualificação térmica, validação fornecimento de peças para atender a demanda do LACEN.

Quantidade Ofertada: 24

Valor Proposto Unitário: -

Valor Unitário do Item: R\$ 1600

Código do CATMAT: 20796

Descrição do Item: INSTALACAO / MANUTENCAO - CAMARA FRIA

Descrição Complementar:

Unidade de Fornecimento: UNIDADE

Modalidade da Compra: Pregão

Forma de Compra: SISPP

Marca:

Data do Resultado: 07/03/2025

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: MEGA SOLUCOES CIENTIFICAS E LOCACAO LTDA

CNPJ/CPF: 12086330000120

Porte do Fornecedor: Outros

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 925120 - EES-SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE

Órgão: EES-SECRETARIA ESTADUAL DA SAUDE

Órgão Superior: -

MÉDIA

R\$ 4.650,08

MEDIANA

R\$ 850,00

MENOR

R\$ 0,9734

Quantidade total de registros: 0

Registros apresentados: 374 a 374

FILTROS APLICADOS

Descrição

Descrição Complementar Ano da Compra

INSTALACAO / MANUTENCAO - CAMARA FRIA 8 of 204642

2024, 2025

RESULTADO 374

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 90023/2024

Número do Item: 00002

Objeto da Compra: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção de câmara fria, sistema hidráulico e dedetização.

Quantidade Ofertada: 4

Valor Proposto Unitário: -

Valor Unitário do Item: R\$ 1610

Código do CATMAT: 20796

Descrição do Item: INSTALACAO / MANUTENCAO - CAMARA FRIA

Descrição Complementar:

Unidade de Fornecimento: UNIDADE

Modalidade da Compra: Dispensa de Licitação

Forma de Compra: SISPP

Marca:

Data do Resultado: 05/06/2024

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: D. DA SILVA GAUTERIO LTDA

CNPJ/CPF: 22820216000136

Porte do Fornecedor: Micro Empresa

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 160514 - COUDELARIA DE RINCAO/RS

Órgão: COMANDO DO EXERCITO

Órgão Superior: -

MÉDIA

R\$ 19.816,12

MEDIANA

R\$ 980,00

MENOR

R\$ 3,50

Quantidade total de registros: 0

Registros apresentados: 156 a 156

FILTROS APLICADOS

Descrição

MANUTENCAO E REPARO DE CILINDRO DE GAS, INSTALACAO / MANUTENCAO - REDE DISTRIBUICAO GAS, INSTALACAO / MANUTENCAO CENTRAL GAS, MANUTENCAO DE EQUIPAMENTO DE GAS - CENTRAL DE CONTROLE, MANUTENCAO DE EQUIPAMENTO - LIQUEFACAO / FABRICACAO DE GAS /PRODUCAO DE GAS

Ano da Compra

2024, 2025

RESULTADO 156

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 90040/2024

Número do Item: 00001

Objeto da Compra: Contratação de empresa especializada em engenharia para a execução de serviços de instalação, limpeza, inspeção e teste de estanqueidade do sistema de distribuição de gases especiais, bem como treinamento operacional para o sistema que alimentará o equipamento Analisador Elementar CNS Vario Max com os gases hélio e oxigênio.

Quantidade Ofertada: 1

Valor Proposto Unitário: -

Valor Unitário do Item: R\$ 27100

Código do CATMAT: 22608

Descrição do Item: INSTALACAO / MANUTENCAO CENTRAL GAS

Descrição Complementar:

Unidade de Fornecimento: UN

Modalidade da Compra: Dispensa de Licitação

Forma de Compra: SISPP

Marca:

Data do Resultado: 28/11/2024

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: GASLIN BRASIL INSTALACOES INDUSTRIAIS LTDA

CNPJ/CPF: 03356761000179

Porte do Fornecedor: Outros

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 135032 - EMBRAPA TRIGO/PASSO FUNDO/RS

Órgão: EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA

Órgão Superior: EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA

MÉDIA

R\$ 19.816,12

MEDIANA

R\$ 980,00

MENOR

R\$ 3,50

Quantidade total de registros: 0

Registros apresentados: 155 a 155

FILTROS APLICADOS

Descrição

MANUTENCAO E REPARO DE CILINDRO DE GAS, INSTALACAO / MANUTENCAO - REDE DISTRIBUICAO GAS, INSTALACAO / MANUTENCAO CENTRAL GAS, MANUTENCAO DE EQUIPAMENTO DE GAS - CENTRAL DE CONTROLE, MANUTENCAO DE EQUIPAMENTO - LIQUEFACAO / FABRICACAO DE GAS /PRODUCAO DE GAS

Ano da Compra

2024, 2025

RESULTADO 155

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 91261/2024

Número do Item: 00002

Objeto da Compra: Contratação de serviço para instalação de linha de gases (comprimido e especiais) para Laboratório Didático do Departamento de Química da Faculdade de Ciências/UNESP/Bauru.

Quantidade Ofertada: 1

Valor Proposto Unitário: -

Valor Unitário do Item: R\$ 23900

Código do CATMAT: 23086

Descrição do Item: INSTALACAO / MANUTENCAO - REDE DISTRIBUICAO GAS

Descrição Complementar:

Unidade de Fornecimento: UNIDADE

Modalidade da Compra: Dispensa de Licitação

Forma de Compra: SISPP

Marca:

Data do Resultado: 21/06/2024

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: ALESSANDRA ROBERTA THOMAZINI CERANTOLA

CNPJ/CPF: 08819017000187

Porte do Fornecedor: Micro Empresa

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 102333 - ESP-UNESP-FACULDADE DE CIENCIAS-C.BAURU

Órgão: ESP-UNIV EST PAUL.JULIO MESQ.FILHO-UNESP

Órgão Superior: -

MÉDIA

R\$ 19.816,12

MEDIANA

R\$ 980,00

MENOR

R\$ 3,50

Quantidade total de registros: 0

Registros apresentados: 154 a 154

FILTROS APLICADOS

Descrição

MANUTENCAO E REPARO DE CILINDRO DE GAS, INSTALACAO / MANUTENCAO - REDE DISTRIBUICAO GAS, INSTALACAO / MANUTENCAO CENTRAL GAS, MANUTENCAO DE EQUIPAMENTO DE GAS - CENTRAL DE CONTROLE, MANUTENCAO DE EQUIPAMENTO - LIQUEFACAO / FABRICACAO DE GAS /PRODUCAO DE GAS

Ano da Compra

2024, 2025

RESULTADO 154

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 91261/2024

Número do Item: 00001

Objeto da Compra: Contratação de serviço para instalação de linha de gases (comprimido e especiais) para Laboratório Didático do Departamento de Química da Faculdade de Ciências/UNESP/Bauru.

Quantidade Ofertada: 1

Valor Proposto Unitário: -

Valor Unitário do Item: R\$ 21900

Código do CATMAT: 23086

Descrição do Item: INSTALACAO / MANUTENCAO - REDE DISTRIBUICAO GAS

Descrição Complementar:

Unidade de Fornecimento: UNIDADE

Modalidade da Compra: Dispensa de Licitação

Forma de Compra: SISPP

Marca:

Data do Resultado: 21/06/2024

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: ALESSANDRA ROBERTA THOMAZINI CERANTOLA

CNPJ/CPF: 08819017000187

Porte do Fornecedor: Micro Empresa

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 102333 - ESP-UNESP-FACULDADE DE CIENCIAS-C.BAURU

Órgão: ESP-UNIV EST PAUL.JULIO MESQ.FILHO-UNESP

Órgão Superior: -

COUDELARIA DE RINCAO/RS

Edital 15/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
15/2026	160514-COUDELARIA DE RINCAO/RS	THAIS TRINDADE VICOSA	27/04/2026 15:39 (v 0.5)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço não-continuado		64442.002215/2025-13

1. DO OBJETO

PREGÃO ELETRÔNICO

90009/2026

CONTRATANTE (UASG)

(160514)

OBJETO

Registro de preços para eventual contratação de serviços de manutenção da câmara fria, dos aparelhos de ar-condicionado e da rede de gás do setor de abastecimento, com fornecimento de peças, materiais e mão de obra.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 173.833,10

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 18/05/2016 às 09h[A2] (horário de Brasília)

Critério de Julgamento:

menor preço por item

Modo de disputa:

aberto

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

[SIM]

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

[NÃO]

COUDELARIA DE RINCÃO/CIR

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90007/2026

Processo Administrativo nº 64442.000479/2026-13)

Torna-se público que o(a) **Coudelaria de Rincão**, por meio do(a) **Seção de Aquisição, Licitação e Contratos (SALC)**, sediado(a) na ERS-176, Km 86, 1º Distrito, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o registro de preços para eventual contratação de serviços de manutenção da câmara fria, dos aparelhos de ar-condicionado e da rede de gás do setor de abastecimento, com fornecimento de peças, materiais e mão de obra, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.[A1]

1.2. *A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.*

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes ao órgão gerenciador, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. *Para os itens a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.[A1]*

3.7. *A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.[A2]*

3.8. *Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021[A3] , para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.*

3.9. Não poderão disputar esta licitação:

3.9.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.9.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.9.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.9.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.9.5. . empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.9.6 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.9.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.9.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.9.9 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.9.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.9.11. *sociedades cooperativas;*[A4]

3.9.12. *pessoas jurídicas reunidas em consórcio;*[A5]

3.9.13. *pessoas físicas.*[A6]

3.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.11. O impedimento de que trata o item 3.10.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.12. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.10.4 e 3.10.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.13. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.14. O disposto nos itens 3.10.4 e 3.10.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.15. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.16. A vedação de que trata o item 3.11 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.[A1]

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.13.2 deste Edital.

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

5.6.1. A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

5.7. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.7.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.7.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.[A3]

5.8. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.8.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.8.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.8.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.8.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.8.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.8.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.8.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.8.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.9. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021[A4] .

5.10. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4, 5.8 ou 5.10[A5] sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.11. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.12. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.13. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.14. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.14.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.14.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.[A6]

5.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.15.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.15.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.[A7] [A8]

5.16. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.15 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.17. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.18. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. *valor unitário e total do item;*

6.1.2. quantidade cotada, observados os quantitativos estimados no Termo de Referência.

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1. O licitante [NÃO] poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS /PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil[A2] .

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. *Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional*[A3] .

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.
[A4]

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

6.12. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.

6.13. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item[A1] .

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser *de 0,10 (dez centavos)*. [A2]

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.[A3]

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.18. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.18.1. Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro

7.18.2. Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

7.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O

sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.19.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8538, de 2015[A6]).

7.19.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

7.19.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada. [A7]

7.19.4. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.19.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.19.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.19.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.21. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.21.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.21.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei; [A8]

7.21.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;[A9]

7.21.4. declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025[A10] .

7.22. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.22.1. empresas brasileiras;

7.22.2. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.22.3. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.23. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.[A12] [A13]

7.24. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.24.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.24.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.24.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.24.4. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.[A15]

7.24.5. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.25. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.10 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. Sicaf;[A1]

8.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS,

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

8.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.[A2]

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.6.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

8.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.8.1. conter vícios insanáveis;

8.8.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

8.8.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.8.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.8.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;

8.8.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.9. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.10. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

8.10.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.10.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

8.12. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.12.1. Em se tratando de obras e serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

8.12.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.[A4]

8.12.3. Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

8.12.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

8.12.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

8.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.13.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.13.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.15. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

8.16. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra[A5] , o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.17. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.18. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicaf.

9.2 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.5. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.6. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.7. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.8. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.8.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.9. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.9.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.10. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.10.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas horas), prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

9.10.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES /ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.11. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

- 9.11.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 9.11.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 9.12. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.11.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 (duas) horas, para:[A3]
- 9.12.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;
- 9.12.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 9.12.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;
- 9.12.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.
- 9.13. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.
- 9.14. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 9.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.12.
- 9.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 9.17. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.
- 9.18. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. DO TERMO DE CONTRATO

- 10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.
- 10.2. O adjudicatário terá o prazo de 2 (dois) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de **5 (cinco)** dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 2 (dois) dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

10.4.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

10.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

10.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

10.5. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.7.1. . A existência de registro no Cadin [A1] constitui fator impeditivo para a contratação.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 2 (dois) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

11.2.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

11.2.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência/Projeto Básico, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item (ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

11.8.1. Em caso de prorrogação da ata, **[poderá]** ser renovado o quantitativo originalmente registrado.
[A2]

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

12.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462, de 2023.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13. DOS RECURSOS

13.1. interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.5. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.6. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.7. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.8. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico *www.compras.gov.br* ou solicitado via e-mail *licita.coud@gmail.com*

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame;

14.1.2. . salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.6. fraudar a licitação;

14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

14.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.2.3. impedimento de licitar e contratar e

14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da comunicação oficial. [A2]

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.[A3]

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o

descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir. [A4]

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.[A5]

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: www.compras.gov.br e por e-mail: licita.coud@gmail.com.

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.compras.gov.br e solicitado por e-mail: licita.coud@gmail.com.

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1. Anexo I - Termo de Referência;

16.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

16.11.4. Anexo II – Minuta de Ata de Registro de Preços;

16.11.5. Anexo III – Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato;

16.11.6. Anexo IV – Termo de Ciência e concordância;

16.11.8. Anexo VIII – (...);

São Borja, na data da assinatura eletrônica.

[ASSINATURA DA AUTORIDADE COMPETENTE]

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

LEANDRO SICORRA WILEMBERG



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
C M S - 3ª R M
COUDELARIA DE RINCÃO/CIR
(Dep. Remt de Valença/1930)**

DESPACHO DO ORDENADOR DE DESPESAS

Assunto: Autorização para Publicação de Edital – Pregão Eletrônico nº 90009/2026

O ORDENADOR DE DESPESAS DA COUDELARIA DE RINCÃO E CAMPO DE INSTRUÇÃO DE RINCÃO, nomeado por meio da Portaria C Ex Nº 743 de 07 de junho de 2023, para execução da função de Diretor e Ordenador de Despesas por meio do Boletim Interno Especial Nr 01 de 05 de janeiro de 2023 da Coudelaria de Rincão, conforme atribuições previstas no Art. 24 da Portaria C Ex Nr 1.555, de 9 de julho de 2021 (Aprova o Regulamento de Administração do Exército (RAE), EB10-R 01.003, 1ª Edição, 2021).

Considerando a finalização dos estudos técnicos, a elaboração do Termo de Referência, a análise jurídica da Assessoria competente e a adequada instrução do Processo Administrativo nº 64442.000479/2026-13, referente à contratação de empresa especializada para prestação de serviços, sob demanda, de manutenção preventiva e corretiva da câmara fria, dos aparelhos de ar condicionado e da rede de gás do setor de aprovisionamento, com fornecimento de materiais, peças, componentes, acessórios e mão de obra, no valor estimado de R\$ 173.833,10 (cento e setenta e três mil, oitocentos e trinta e três reais e dez centavos). Considerando o disposto na Lei nº 14.133/2021, bem como nas demais normas regulamentares aplicáveis;

APROVO e AUTORIZO

a publicação do Edital nº 15/2026:

- no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, e
- no Diário Oficial da União (DOU), em cumprimento ao art. 54 da Lei nº 14.133/2021 e demais dispositivos pertinentes, para dar ampla divulgação ao certame e possibilitar a participação isonômica dos interessados.

Publique-se.

Cumpra-se.

São Borja, na data da assinatura eletrônica

LEANDRO SICORRA WILEMBERG - CEL
Ordenador de Despesas da Coudelaria de Rincão